

O avanço neoliberal em uma cultura plataformizada: onde fica a subjetividade da educação?

The neoliberal advance in a platformed culture: where is education's subjectivity?

Luan Tarlau Balieiro
Fernando Nabão Lopes Ferreira
Mário Luiz Neves de Azevedo
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Maringá -Brasil

Resumo

Este artigo objetiva discutir o avanço neoliberal em uma cultura plataformizada. Problematisa-se onde fica a subjetividade da educação diante desse avanço e, por consequência, em meio à intensificação de políticas de privatização. Para tanto, seleciona-se a parceria entre a Fundação Bradesco e a *International Business Machines Corporation* (IBM), a qual contribuiu para o funcionamento da plataforma *Open P-TECH*. Metodologicamente, trata-se de um estudo exploratório e bibliográfico, a partir de uma abordagem qualitativa. Constata-se que a plataforma analisada aponta para o desenvolvimento de competências técnicas. Conclui-se que a educação operacionalizada pelo empresariado se alicerça a um capital educador, que a entende como um serviço a perpassar pelas ações de oferecer, adquirir e investir, afastando-se da noção de bem público em tempos de Indústria 4.0 e capitalismo de plataforma.

Palavras-chave: Avanço neoliberal; Plataformização da educação; Políticas de privatização.

Abstract

This article aims to discuss the neoliberal advance in a platformed culture. It is problematized where is education's subjectivity considering this advance, and due to privatization politics intensification. Therefore, it was selected the partnership with Fundação Bradesco and *International Business Machines Corporation* (IBM), which contributes to *Open P-TECH* platform work. Methodologically, this is about an exploratory and bibliographic study from a quantitative approach. It is ascertained that the analyzed platform points to the development of technical competences. The conclusion is that operationalized education by business community is based in an educational capital, which is understood as a service aimed to pass through the actions of offering, acquiring, and investing. So, this kind of education departs from the notion of public good in the industry 4.0 and platform capitalism era.

Keywords: Neoliberal advance; Education plataformization; Privatization politics.

1. Introdução

Figura 1. Educação: “serviço como outro qualquer”?



Fonte: Rachewsky (2019, on-line).

Em um texto publicado no site “Instituto Liberal”, Roberto Rachewsky, identificado como um empresário e articulista, entende a educação como um serviço. Defende que tanto ela quanto a saúde não podem ser estabelecidas pelo governo. Considerando a área na qual este artigo se insere, urgentemente, questiona-se: como é possível limitar o significado da educação a um serviço qualquer? Como não a compreender enquanto um direito social? E o mais agravante: como comparar educação a um hambúrguer? São ponderações desse teor que descaracterizam totalmente a noção de educação como um bem público e um direito social.

Nesse contexto, os agentes, a exemplo de Roberto Rachewsky e seu “discurso”, estão bem colocados no campo, agem para se manterem nessa posição privilegiada. Bourdieu explica que:

Os agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições, nos limites de suas disposições. Essas estratégias orientam-se seja

para a conservação da estrutura seja para a sua transformação, e pode-se genericamente verificar que quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (isto é, de sua trajetória social, de sua origem social) que são mais ou menos apropriadas à sua posição (Bourdieu, 2007, p. 29).

Na Constituição Federal de 1988, em especial no Artigo 6º, a educação é notoriamente elencada como um direito social: “[...] São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, [...]” (Brasil, 1988, grifos nossos). Diante disso, trata-se de uma política antidemocrática restringir a educação a uma mercadoria ou serviço comerciável, de forma a encorajar o seu “consumo”. Em suma, oferecer educação de qualidade para todos, ou seja, educação em todos os níveis (da Educação Básica ao Ensino Superior, por exemplo), é uma circunstância imprescindível para a democratização precípua da sociedade, uma vez que, em uma sociedade dita democrática, a moralidade pública da educação deve ser preservada ou, quando necessária, recuperada.

Pontualmente, defende-se a tese de que “[...] a educação, sem ressalvas, deve ser considerada um bem público” (Azevedo, 2019, p. 880). Entretanto, as inquietações deste texto atingem outros patamares, considerando a era digital na qual nós, enquanto sociedade, encontramos-nos. Assim, em tempos de Indústria 4.0ⁱ (Antunes, 2020), vivencia-se um contexto de capitalismo avançado; logo, a noção de educação como um bem público vem sendo atenuada por intermédio de um processo revestido de interesses particulares e disputas políticas, em que o campo econômico adentra diretamente no campo educacional, instaurando novos modos de oferta à educação.

Com isso, o ideário neoliberal se fortifica com o postulado da individualidade, do “[...] homem empresário-empREENDEDOR” (Puello-Socarrás, 2008, p. 88, tradução nossa), em um processo de alteração de subjetividades constante. Nesse âmbito, por exemplo, políticas de privatização se consolidam com o intuito de mercadorizar a educação brasileira, porém com discursos que apontam para a promoção de uma educação de qualidade. Com a pandemia ocasionada pela covid-19, em 2020, a situação se agravou: a educação passou a ser ‘plataformizada’.

Concernente ao exposto, tem-se como objetivo, neste artigo, discutir o avanço neoliberal em uma cultura essencialmente plataformizada. Problematisa-se onde fica a

O avanço neoliberal em uma cultura plataformizada: onde fica a subjetividade da educação?

subjetividade da educaçãoⁱⁱ diante desse avanço – e, por consequência, em meio à intensificação de políticas de privatização. Para tanto, seleciona-se, como exemplo, a parceria entre a Fundação Bradescoⁱⁱⁱ e a *International Business Machines Corporation* (IBM), a qual contribuiu para o funcionamento da plataforma *Open P-TECH*.

Metodologicamente, trata-se de um estudo exploratório e bibliográfico, a partir de uma abordagem qualitativa (Gil, 2008). A fim de compreender o fenômeno da plataformização da educação em um cenário de políticas neoliberais, pondera-se a relevância de recorrer às teorizações de Gramsci (1982; 1999; 2007), Bourdieu (2007), Azevedo (2008; 2016; 2019), Puello-Socarrás (2008), Mészáros (2011), Harvey (2013), Antunes (2020) e em outros referenciais atinentes à privatização da educação, aos princípios da economia neoliberal e à consolidação da mercantilização nas Políticas Educacionais Públicas.

Ademais, considera-se oportuno evidenciar ao(à) leitor(a) como o texto está organizado. Tendo em vista as considerações iniciais que compreendem a primeira seção do artigo, pretende-se, na segunda seção, discorrer a respeito das interferências do neoliberalismo no campo educacional, de modo a vislumbrar a educação como uma mercadoria. Na terceira seção, um exemplo de parceria empresarial é apresentado e que, na acepção dos autores deste texto, contribui para o fenômeno da plataformização por intermédio da oferta de projetos, à primeira vista, equitativos. A quarta e última seção é destinada às reflexões diante de todas as explicações realizadas.

2. Implicações do neoliberalismo no campo educacional: um projeto de educação “empacotada”?

Sabemos que, com o domínio da lógica do capital e seu sistema de metabolismo societal, a produção de valores de uso socialmente necessários subordinou-se ao seu valor de troca. Para tanto, as funções produtivas e reprodutivas vitais, bem como o controle e o comando do seu processo, foram radicalmente separados entre aqueles que *produzem* e aqueles que *controlam*. [...] (Antunes, 2020, p. 118, grifos do autor).

Parte-se do entendimento de que é necessário pensar na relação entre o sistema produtivo e o papel da educação para atender à lógica do capital, à sua reprodução. O sociólogo Pierre Bourdieu observa que falar de estratégias de produção não é atribuir ao cálculo racional, ou mesmo à intenção estratégica, as práticas através das quais se afirma a tendência dos dominantes, dentro de si mesmo, de perseverar. Segundo o autor, é lembrar que as práticas fenomenalmente se organizam de maneira objetiva, sem ter sido explicitamente concebidas e postas com relação a esse fim, de tal modo que essas práticas

contribuem para a reprodução do capital adquirido. Isso porque essas ações têm por princípio o *habitus*, que tende a reproduzir as condições de sua própria produção, gerando nos domínios estratégias objetivamente coerentes e as características sistemáticas de um modo de reprodução (Azevedo, 2008).

Logo, para a perpetuação do capital, seria preciso ampliar suas relações, suas formas. Ampliou-se, pois, a busca por novos espaços que pudessem inserir um tipo de cultura favorável para a incorporação do modo de produção e exploração da força de trabalho. Nesse sentido, vê-se como a era globalizada^{iv} interferiu diretamente nas relações sociais, ao instaurar novos modos de vida, de comportamento, de produção, sendo necessário considerar o sistema sociometabólico do capital para a consecução de fulcrais reflexões. De acordo com Mészáros:

[...] o sistema do capital inevitavelmente também se articula e consolida como *estrutura de comando* singular. As oportunidades de vida dos indivíduos sob tal sistema são determinadas segundo o lugar em que os grupos sociais a que pertençam estejam realmente *situados na estrutura hierárquica de comando do capital*. Além do mais, dada a modalidade única de seu metabolismo socioeconômico, associada a seu caráter totalizador – sem paralelo em toda a história, até nossos dias –, estabelece-se uma correlação anteriormente inimaginável entre *economia e política*. [...]. Como um modo de controle sociometabólico, o capital, por necessidade, sempre retém seu *primado* sobre o *peçoal* por meio do qual seu *corpo jurídico* pode se manifestar de formas diferentes nos diferentes momentos da história (Mészáros, 2011, p. 98, grifos do autor).

Por essa razão, deve-se refletir, antes de tudo, que a história não é algo linear; há muitas contradições, embates políticos, lutas de classes constantes. Os momentos de crise apontam para uma necessidade de reestruturação do modelo produtivo. Há uma luta ideológica que, na sociedade capitalista, tem-se o favorecimento a uma classe que detém os meios de produção. A classe trabalhadora, sob essa lógica, é cada vez mais explorada, pois quem detém os meios são os empresários.

No campo educacional, a situação não é diferente, ainda mais sob os princípios da economia neoliberal. Faz-se coerente, portanto, relacionar essa informação à citação de Antunes (2020) apresentada no início desta seção: as funções produtivas e reprodutivas vitais são, de fato, fragmentadas entre os que produzem e aqueles que controlam. Tratando-se da educação e das políticas voltadas a esse campo, averigua-se que a atuação de grupos empresariais se solidifica de maneira cada vez mais vigorosa, sempre com o discurso de proporcionar qualidade e ressaltar a ideia de autonomia, de um sujeito que precisa estar apto

O avanço neoliberal em uma cultura plataformizada: onde fica a subjetividade da educação?

a resolver situações cotidianas complexas, estas notoriamente vinculadas ao mercado de trabalho.

Sob a perspectiva da hegemonia, Antonio Gramsci (1982) explica que os empresários, se não todos, pelo menos uma fração deles, como exemplo da classe social dirigente no capitalismo, devem ter a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe. Assim: “O primeiro exemplo de “intelectual” que Gramsci apresenta é o “empresário capitalista” que cria para si, ao mesmo tempo, o técnico industrial, o especialista em economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo sistema jurídico etc. [...]” (Monasta, 2010, p. 20).

Em linhas gerais, afirma-se que o empresariado vem desempenhando uma efetiva participação em vários campos da sociedade, dentre eles, a educação, cujo fundamento é alicerçado à ideologia neoliberal:

Para o neoliberalismo, o parâmetro de funcionamento da sociedade é a própria “organização empresarial”, tomada como modelo racional de organização, apagando a historicidade das “instituições” e transformando-as em miniorganizações empresariais de prestação de serviços – saúde, educação, segurança, previdência etc. [...]. Esta concepção de sociedade corrói a escola como uma instituição social, alterando a concepção de educação e a própria política educacional. Operando em redes difusas, o neoliberalismo constrói um vetor em direção a essa concepção de organização social que tem por base a privatização dos espaços institucionais do Estado – ele mesmo, agora, visto também como uma grande empresa (Freitas, 2018, p. 49).

Mas, afinal, como é possível compreender o neoliberalismo? Didaticamente, Harvey (2013) elucida que o neoliberalismo é uma teoria das práticas políticas-econômicas. Assim, essa teoria resguarda a ideia de que o bem-estar humano deve ser proporcionado a partir de uma garantia de liberdades e capacidades empreendedoras individuais circunscritas em um contexto de uma estrutura institucional, a qual é determinada por direitos consistentes à propriedade privada, de livres mercados e comércio.

Branco *et al.* (2018), fundamentados em Harvey (2013), asseveram que o neoliberalismo abarca uma reestruturação produtiva, além de uma ágil privatização, uma redução da atuação do Estado, bem como a implementação de políticas fiscais e monetárias associadas aos organismos mundiais de hegemonia do capital, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Bird,

[...] desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, combate cerrado ao sindicalismo de esquerda, propagação de um subjetivismo e de um individualismo

acentuados, animosidade direta contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital (Branco *et al.*, 2018, p. 18).

Com isso, observa-se que um dos objetivos do neoliberalismo é justamente o de privatizar empresas estatais e serviços públicos, assim como ocasionar sua desregulamentação, de forma a diminuir a interferência desses serviços sobre o mercado e, primordialmente, sobre os empreendimentos caracterizados como privados.

No que compete ao campo educacional, o neoliberalismo se orienta, hegemonicamente, por intermédio de um discurso de crise e de fracasso da escola pública. A justificativa é enfática: o Estado não é capaz de gerir o bem comum administrativa e financeiramente. Nesse contexto, suscita-se a necessidade de reestruturar a escola pública, com vistas a buscar respaldo na iniciativa privada, a qual é orientada pela lógica do mercado. Frigotto (1995) destaca que a regressão neoliberal se revela a partir do aniquilamento da escola pública frente a variados pretextos, por exemplo: sistemas escolares voltados ao empresariado, adoção de escolas públicas por organizações empresariais, escolas cooperativas, dentre outras situações. Sob essa mesma perspectiva, Krawczyk (2014, p. 36) salienta que há uma presença assídua de movimentos empresariais, em distintas instâncias de decisão político-educativa, “que coletivamente e/ou individualmente se entrelaçam com os quadros políticos, no Executivo nacional, estadual e municipal e no legislativo, estabelecendo formas explícitas e implícitas de cogestão”.

Para exemplificar esses movimentos empresariais, Peroni (2020), inicialmente, destaca que o processo de privatização do público, no Brasil, efetiva-se pela direção e pela execução – ou por meio de ambas as ações. Ao focar na atuação do empresariado na educação, a autora menciona o Movimento Todos pela Educação (via processo de direção), o Programa Brasil Alfabetizado (via processo de execução), além de outros, conforme é verificável em seus dizeres:

No processo de direção, destacamos o Movimento Todos pela Educação, em que os empresários buscam influenciar o governo federal, tanto na pauta educacional quanto na venda de produtos educativos [...]. No que concerne à privatização via execução, destacamos a expansão da oferta da educação infantil via creches comunitárias [...], nos Programas de Educação de Jovens e Adultos, como o Brasil Alfabetizado [...], e de educação profissional, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) [...] (Peroni, 2020, p. 9).

O avanço neoliberal em uma cultura plataformizada: onde fica a subjetividade da educação?

No capitalismo, de acordo com a interpretação teórica crítica, o jogo político está regulado pelas forças que controlam o capital. A manutenção dessas forças como classe de poder demanda a manipulação do jogo político, que passa a atender aos interesses de determinada classe em detrimento ao interesse público (Oliveira, 2018).

Ante o exposto, vê-se como o empresariado adentra na seara educacional, com projetos (programas) que, aparentemente, visam ao bem comum. É o que Gentili (1995) analisa, ao condensar o âmago da teoria do neoliberalismo, quanto à atribuição de um novo significado para a educação: “[...] o neoliberalismo precisa – em primeiro lugar, ainda que não unicamente – despolitizar a educação, dando-lhe um novo significado como mercadoria para garantir, assim, o triunfo de suas estratégias mercantilizantes e o necessário consenso em torno delas” (Gentili, 1995, p. 244-245, grifos do autor).

Assim, é válido refletir: as teorias neoliberais propõem que o Estado segmente ou transfira suas atividades à iniciativa privada. Projeta-se, portanto, um caminho para a livre escolha quanto ao tipo de educação “almejada” e, com notoriedade, para o fomento à competição entre os serviços oferecidos no mercado.

Ao ter vista esse contexto neoliberal, tece-se, ainda, a reflexão de que as Políticas Educacionais Públicas se alicerçam à lógica do mercado. Em uma sociedade capitalista, é mister que se reconheça a prevalência de uma desigualdade social muito intensa. Percebe-se o extremo da desigualdade a partir do acúmulo privado dos bens por parte de alguns e aqueles que não podem acumular nada, não permitindo sequer suprir suas necessidades básicas. Essa desigualdade é própria do sociometabolismo do capital.

Nesse cenário e de forma metafórica, Pierre Bourdieu entende que o Estado é dotado de duas mãos, sendo que a mão esquerda do Estado tem o sentimento que a mão direita não sabe mais ou, pior, não quer mais verdadeiramente saber o que a mão esquerda faz. Para Azevedo (2016, p. 238):

[...] a mão esquerda seria representada pelos ministérios, instituições e órgãos sociais de Estado, que são os responsáveis, entre outros, pela educação pública, saúde, habitação, bem-estar social, meio ambiente, agricultura familiar, proteção às populações vulneráveis e à classe trabalhadora, buscando a justiça social sem excelências e rivalidades. Já a mão direita protege os interesses dos dominantes (inclusive dos detentores dos títulos públicos - dívida pública), procurando promover a disciplina econômica, fiscal e orçamentária e as soluções por intermédio do mercado, da desregulamentação e de parcerias público-privadas.

Diante de uma sociedade deveras desigual e pautada na acepção da competitividade, tendo em vista um contexto essencialmente globalizado, como a educação é vislumbrada? De antemão, responde-se: como uma mercadoria, um produto a ser conquistado sob o discurso da qualidade. Logo, tornar a educação uma mercadoria, um produto disponível à lógica do capital, descaracteriza totalmente a noção de educação como um bem público (Azevedo, 2019), a tese da qual se defende firmemente neste texto. A título de reflexão, recorre-se a Sguissardi (2015), estudioso que teceu pertinentes considerações sobre a massificação da Educação Superior no Brasil. O autor apresenta a receita líquida em R\$ milhões dos 12 maiores grupos educacionais com fins lucrativos no Brasil em 2013.

Faz-se importante mencionar que, para Sguissardi (2015), o ato de converter um direito ou serviço público em serviço comercial ou mercadoria se efetiva no interior de um Estado reformado “para conformar-se ao ajuste ultraliberal da economia; de um Estado que não é sinônimo de interesses públicos, mas que tende a representar de modo prioritário os interesses privado-mercantis” (Sguissardi, 2015, p. 875). No intuito de compreender as consequências dos interesses privado-mercantis, que resultam na fortificação de idealizar a educação como um produto lucrativo, veja-se a figura a seguir.

Figura 2. Apresentação dos 12 maiores grupos educacionais com fins lucrativos no Brasil em 2013

Ordem	Grupo/Instituição	Receita líquida em R\$ milhões	Número de alunos	% Mercado
1o.	Kroton	2.015	519.000	9,5
2o.	Anhanguera	1.812	442.000	8,1
3o.	Estácio	1.731	315.700	5,8
4o.	Unip	1.431	247.520	4,5
5o.	Laureate	1.115	170.000	3,1
6o.	Uninove	584	134.000	2,5
7o.	Unicsul	529	55.000	1
8o.	Anima	461	49.000	0,9
9o.	Ser Educacional	457	98,8	1,8
10o.	Whitney	343	40.000	0,7
11o.	Devry	242	30.000	0,6
12o.	Tiradentes	236	40,7	0,7
Subtotal		10.956	2.141.720	39,3
Total do Setor Privado		32.040	5.448.730	100

Fonte: Sguissardi (2015, p. 875).

O avanço neoliberal em uma cultura plataformizada: onde fica a subjetividade da educação?

A partir da Figura 2, Sguissardi (2015, p. 875), quanto à oligopolização do mercado educacional, evidencia o seguinte:

[...] uma única empresa – Kroton que hoje incorpora a Anhanguera – já detém cerca de 20% do total de matrículas do setor privado e, se consideradas as 11 maiores empresas de um total de cerca de 2 mil IES, que compõem o total das IES privadas, este percentual ascende a 40% do total dessas IES privadas, total que correspondia em 2012 a 73% das matrículas públicas e privadas do país.

Com respaldo nesses dados, indaga-se: a educação, em um contexto de políticas de privatização, permanece com a ideia de um bem público, de um direito efetivamente social? De maneira bastante preocupante, sabe-se que a resposta é não. Nesse caso, tem-se, pois, um projeto de educação “empacotada” (retomada ao título desta seção, com a finalidade de reforçar uma comparação alarmante entre educação e um produto à venda)? Definitivamente (e se valendo de uma preocupação ainda mais contundente), a resposta é sim.

O capitalismo avança demasiadamente. Reveste-se de outras formas, características, singularidades. Assume outros meios de atuação, sempre visando à sua reprodução. E, por vivenciar um contexto digital, adentra-se na lógica da Indústria 4.0. Como analisa Antunes (2020), a Indústria 4.0 propicia um intenso e vigente crescimento tecnológico que equivale ao aprimoramento dos processos de automação e operacionalização por meio do controle digital da informação. Também reduz, significativamente, a demanda por mão de obra, apesar de atingir países remotos e centrais de maneiras distintas. Nas palavras do autor:

Essa propositura [Indústria 4.0] nasceu na Alemanha, em 2011, concebida para gerar um novo e profundo salto tecnológico no mundo produtivo, estruturado a partir das novas TICs que se desenvolvem celeremente. Ela significará a intensificação dos processos produtivos automatizados, em toda a cadeia geradora de valor, de modo que a logística empresarial seja toda controlada digitalmente.

Sua principal consequência para o mundo do trabalho será a ampliação do *trabalho morto*, tendo o maquinário digital – a “internet das coisas” – como dominante e condutor de todo o processo fabril, e a consequente redução do *trabalho vivo*, através da substituição das atividades tradicionais e mais manuais por ferramentas automatizadas e robotizadas, sob o comando informacional-digital.

No capitalismo avançado, a produção tende a ser cada vez mais invadida por robôs e máquinas digitais, encontrando nas TICs o suporte fundamental dessa nova fase de *subsunção real do trabalho ao capital*. Como consequência dessa nova empresa flexível e digital, os *intermitentes globais* tendem se expandir ainda mais, ao mesmo tempo que o processo *tecnológico-organizacional-informacional* eliminará de forma crescente uma quantidade incalculável de força de trabalho que se tornará supérflua e sobrando, sem empregos, sem seguridade social e sem nenhuma perspectiva de futuro (Antunes, 2020, p. 39-40, grifos do autor).

Conforme o exposto, é possível perceber que a preconização da educação como prática social vem sendo moldada para assegurar a aprendizagem de competências

individuais de sobrevivência em um mercado profundamente competitivo. Concomitantemente a esse processo, vislumbram-se competências para a convivência social que assegurem um equilíbrio mínimo em uma sociedade que almeja o ganho individual. Assim, na próxima seção, parte-se do argumento de que há um controle do empresariado frente às propostas de educação materializadas em plataformas digitais. A exemplo, enfatiza-se a parceria entre a Fundação Bradesco e a *International Business Machines Corporation* (IBM), de modo a impulsionar a plataforma *Open P-TECH*.

3. Fundação Bradesco e *International Business Machines Corporation* (IBM): em foco a plataforma da escola virtual *Open P-TECH*

A Fundação Bradesco reafirma seu papel histórico ao alinhar-se aos grupos empresariais que detêm o controle sobre a tecnologia da informação e reproduz as diretrizes do Banco Mundial, UNESCO, OCDE e do movimento da coalizão global de educação, que, no Brasil, tem no movimento “Todos Pela Educação” seu principal organizador e difusor (Lapa, 2020, p. 89).

Com 40 escolas próprias, organizadas em todos os estados, bem como no Distrito Federal. É assim que a Fundação Bradesco consolida seu espaço no campo educacional. Seus primórdios se reportam à década de 1950, junto a outras iniciativas para propagar sua ideologia. Conforme bem analisa Lapa (2020), essa Fundação se caracteriza como a instituição filantrópica do Brasil mais significativa, constituindo-se uma das cinco maiores da América Latina. Seu programa educacional atinge amplos níveis de ensino e formação: educação básica, formação profissional, educação de jovens e adultos e a distância. O mesmo autor aventa uma informação importante:

Nos últimos 10 anos, a Fundação Bradesco aplicou em educação recursos equivalentes a R\$ 7 bilhões de reais. Suas escolas tinham 90.198 alunos matriculados, somente em 2019, com 1703 professores e 3367 funcionários. Desde a sua criação, a Fundação Bradesco proporcionou ensino a mais de 2 milhões de alunos (Lapa, 2020, p. 87).

Consoante o exposto, é pertinente depreender que a Fundação Bradesco constrói uma hegemonia circunscrita no campo educacional, especialmente por ser flexível e considerar distintos graus de ensino. Pensa-se essa Fundação como uma liderança moral e intelectual (Gramsci, 1999), que se aflora para assegurar, de fato, um domínio social à educação. Com a pandemia desencadeada no ano de 2020, mostrou-se totalmente ativa: em abril, anunciou a nova parceria estabelecida com a *International Business Machines Corporation* (IBM), cujo intuito consistiu em colaborar com o funcionamento da plataforma

O avanço neoliberal em uma cultura plataformizada: onde fica a subjetividade da educação?

Open P-TECH. A título de conhecimento, destacam-se, na sequência, excertos de uma notícia extraída do próprio site da IBM, na seção “Educação”, sob o título “IBM anuncia Open P-TECH, sua plataforma de educação digital gratuita”:

Fundação Bradesco é a primeira parceira brasileira do programa, que disponibiliza conteúdos em português para alunos e docentes de todo o país

[...] Na economia global de hoje, o ritmo acelerado das mudanças tecnológicas está causando um grande impacto nos empregos. É imperativo que todos os alunos adquiram na escola conhecimentos em tecnologia e habilidades profissionais, como pensamento crítico e capacidade analítica, para ter sucesso nesta era digital e de inteligência artificial.

Para atender a essa necessidade, a IBM está lançando o Open P-TECH, uma plataforma com conteúdos de educação digital gratuitos, com o objetivo de equipar jovens e educadores com competências tecnológicas fundamentais em áreas como segurança cibernética, inteligência artificial e computação em nuvem, além de outras habilidades profissionais valorizadas no mercado de trabalho.

A Fundação Bradesco, o maior programa socioeducacional privado do Brasil, selecionou o Open P-TECH para proporcionar aos seus alunos do ensino médio esses conteúdos de forma online, apoiando a aprendizagem constante dos estudantes nas habilidades necessárias para competir na economia do século XXI. [...] (IBM..., 2020, on-line).

Figura 3. Página inicial da plataforma Open P-TECH



Fonte: Open P-TECH (2023, on-line).

A plataforma Open P-TECH foi desenvolvida pela IBM no ano de 2010. Equivale-se a um modelo educacional voltado para a formação de um novo tipo de trabalhador que utilizaria competências e habilidades aparentes na área das Ciências Exatas. É importante averiguar que a iniciativa de criar essa plataforma ratifica a força internacional de grandes empresas de tecnologia que têm investido no âmbito da educação. Criticamente, Lapa (2020, p. 93, grifos

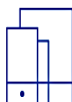
nossos) profere que: “Todos esses modelos têm como foco a educação relacionada à tecnologia e apostas do neoliberalismo para a modernização da educação”. Essa aposta incide diretamente na plataformação da educação, exigindo dos sujeitos profundos saberes tecnológicos para que operem, assim, a um preceito empresarial.

A fim de comprovar o postulado de que o capitalismo encontra forças em sua reprodução e acumulação, observa-se que, entre os anos de 2012 e 2017, a plataforma se ampliou, não se limitando aos Estados Unidos, por exemplo. Passou a ser implementada em 200 escolas por meio de parcerias público-privadas. Como enuncia a IBM, segundo Lapa (2020), 100.000 alunos em exatos 18 países passaram a acessar a plataforma. Nesse sentido, quanto à funcionalidade da *Open P-TECH*, tem-se: “Além da formação em 5 anos de escolarização para o ensino médio, ao superior é acrescido mais 1 ano de estágio profissional, totalizando 6 anos de programa” (Lapa, 2020, p. 93). Isto é, após os estudantes finalizarem os cursos na plataforma, passam a receber *badges digitais*^v, os quais podem ser acrescentados no currículo com o objetivo de amparar na aquisição de alguma vaga no mercado de trabalho.

Figura 4. Vantagens apresentadas pela plataforma

Vantagens do Open P-TECH

Descobre a tecnologia



O Open P-TECH orienta-te no vasto mundo da tecnologia – aprende tudo sobre IA, Cloud, Cibersegurança, Computação Quântica e mais

Explora e aprende de forma gratuita



A plataforma do Open P-TECH não tem custos e está disponível para todos, em qualquer lugar

Desenvolve competências, recebe badges



Podes desenvolver as tuas competências em áreas que te motivem e receber badges digitais que comprovam que concluíste a formação nessas mesmas áreas.

Fonte: *Open P-TECH* (2023, on-line).

A propósito, na própria página inicial da plataforma, é nítido o seu caráter direcionado à formação técnica, conforme a frase: “Aprendizagem digital gratuita nas competências técnicas e profissionais do futuro”, um enfoque estreito ao da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), a qual, como argumentam Fornari e Deitos (2021, p. 207):

[...] retrata uma política de Estado alinhada às transformações do mercado de trabalho e da atual fase do modo de produção capitalista, atrelando as demandas do setor produtivo à formação da força de trabalho, submetendo a educação pública

O avanço neoliberal em uma cultura plataformizada: onde fica a subjetividade da educação?

aos pressupostos financeiros da política de financiamento externo, por organismos multilaterais e criando as condições funcionais e ideológicas para a base formativa dos jovens inseridos no ensino médio.

Dada a premência de projetar uma plataforma destinada à aquisição de competências técnicas para o mercado de trabalho, bem como o engendramento de condições funcionais e ideológicas para o pilar formativo dos jovens que se inserem no ensino médio e estão sujeitos a seguirem os preceitos do modo de produção capitalista, como aventado na citação apresentada, faz-se prudente salientar que a ênfase mercantil e concorrencial atinge todos os aspectos da vida, transformando direitos sociais em serviços a serem adquiridos, além de pormenorizar cada indivíduo como um vendedor de si mesmo em um livre mercado. O Estado, em sua atuação como um ator, está perdendo espaço, ora por meio da precarização proposital, ora por meio do amoldamento de suas estruturas, para que não se efetivem as políticas sociais; trata-se, pois, de um déficit de institucionalidade (Chauí, 2017).

Ante o contexto abordado, reflete-se que os grandes grupos econômicos brasileiros, bancos e empreiteiros apontaram a importância estratégica de instruir a direção da educação no Brasil após a pandemia. Peroni e Lima (2020, p. 3) já alertaram: “[...] o privado atua com o aval do público, que tem a mesma perspectiva política de classe e, por isso, o contrata. É o que temos tratado como a privatização como política pública”. Ou seja: fundações, institutos e organizações fazem isso justamente como uma política de classe com objetivos estruturais, projetos e conceitos de formação expressivos para transformar jovens em capital humano.

Tudo o que se expôs até o momento conduz a uma análise de que a concepção técnica quanto ao caráter da educação, em suas políticas públicas, com a primazia de caracterizar os indivíduos como capital humano, prevalece fortemente em relação à sua concepção verdadeiramente benigna. Uma consequência devastadora, já que a educação é um ato humano, um direito, uma prática libertadora, como bem pondera Freire (1981). Se há um capital educador que norteia os rumos das Políticas Educacionais Públicas, sob os princípios da economia neoliberal, da competitividade, de um capitalismo avançado por meio da plataformização, não se pode ter outra ação a não ser prosseguir com reflexões em busca de propagar conhecimentos que desconstruam posturas conservadoras, radicais e destrutivas ao campo educacional. É preciso, assiduamente, conscientizar-se.

4. À guisa de conclusão

Ao ter em vista os postulados discorridos no decorrer deste texto, objetivou-se, por intermédio de uma posição epistemológica crítica, discutir o avanço neoliberal em uma cultura essencialmente plataformizada, considerando a intensificação de políticas de privatização na educação a partir da consolidação de uma parceria entre a Fundação Bradesco e a IBM.

No caso da tecnologia, é mister ponderar que o desenvolvimento de um protagonismo em uma sociedade digitalmente neoliberalizada e capitalista se alia ao postulado do “homem empresário-empreendedor” – valendo-se, novamente, das ponderações de Puello-Socarrás (2008) –, com soluções a serem apreendidas. Para isso, tem-se a ressignificação da educação, que reforça o dogma da formação técnica, conforme verificado com a plataforma *Open P-TECH*, cuja estrutura se restringe ao desenvolvimento de habilidades profissionais; na realidade, consolida-se uma política capitalista de mercantilização da vida.

Como ressalta Rikowski (2017, p. 401), a essência da privatização é a “conversão da receita do Estado em lucro privado”. No cerne dessa questão, destaca-se que o neoliberalismo conduz a educação a uma “mercadificação” (Rikowski, 2017), na qual os produtores seguem uma forma de competição de mercado. É preciso sempre lembrar que se está em um sistema sociometabólico do capital (Mészáros, 2011), por isso a importância de mostrar, na condição de pesquisadores, como o capitalismo se movimenta estrategicamente em tempos tão plataformizados. Ademais, afirma-se que uma proposta de individualização é, por certo, a materialização do neoliberalismo em oposição ao coletivo. Essa materialização não se efetiva apenas nos governantes, mas também nos governados – nesse caso, realça-se o fato de que o neoliberalismo altera significativamente subjetividades.

Reforça-se, com o intuito de encerrar as reflexões, que o processo de elaboração de uma política pública deve envolver todo um país, de modo a enfatizar suas reais necessidades e objetivos. Todavia, depara-se com a solidificação de um “economicismo” – recorrendo à teoria sociológica de Pierre Bourdieu sobre a construção social do campo econômico, a partir de Jourdain e Naulin (2017) –, em que a educação está mais do que nunca submetida às mudanças econômicas, as quais se tornam um parâmetro para reformas educacionais. Nesse paradigma, consubstancia-se o capital educador, que orienta, a partir de uma jogada neoliberal, a plataformização da educação. Assim, a educação operacionalizada pelo empresariado se alicerça a esse capital, que a entende como um serviço qualquer a perpassar

O avanço neoliberal em uma cultura plataformizada: onde fica a subjetividade da educação?

pelas ações de oferecer, adquirir e investir – à semelhança de um produto à venda –, afastando-se, amiudadamente, da noção de bem público (Azevedo, 2019) em tempos de Indústria 4.0 (Antunes, 2020) e capitalismo de plataforma^{vi} (Srnicek, 2017; Balieiro, 2022).

As plataformas têm um caráter dúplice, ou seja, ao mesmo tempo em que transformam a educação em um produto que possa ser comercializado pela classe dominante, também são instrumentos hegemônicos, que permitem que a classe dominada se qualifique para o trabalho. Para resistir a esse contexto problemático e fazer com que a sociedade não se sujeite às exigências mais intrínsecas da forma de controle do capital (Mészáros, 2011), frisa-se a imprescindibilidade de propagar conscientizações, de maneira que os sujeitos coloquem em exercício constante suas civilidades políticas. No caso da educação, notadamente um processo de desenvolvimento humano (seu caráter subjetivo), reitera-se a fulcral posição crítica de Girotto (2019, p. 19, grifos nossos): “[...] *educação não é mercadoria*. Trata-se, antes de tudo, de *direito inalienável de todos e todas* que precisa ser garantido para que possamos avançar na consolidação de um *projeto de nação mais justo*”.

A complexidade da temática exige que mais pesquisas sejam desenvolvidas sobre o tema ‘O avanço neoliberal em uma cultura plataformizada’. Porém, com este artigo, pode-se concluir que tal avanço objetiva a garantia de liberdades e capacidades empreendedoras individuais, tencionando a esfera das decisões e as escolhas privadas que cada um deve assumir. Há uma desresponsabilização do Estado na garantia desse direito social, transformando ou convertendo a educação de um direito social e um bem público em um produto, um bem privado ou um serviço privado, ao ter como fim a busca de formação de capital humano que atenda aos interesses do mercado dominado pelas grandes corporações capitalistas.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. As formas não conformadas do pensamento de Pierre Bourdieu: uma análise de certas categorias. In: TASSO, Ismara (org.). **Estudo do texto e do discurso**: interfaces entre língua(gens), identidade e memória. São Carlos: Claraluz, 2008. p. 229-240.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Bem público, teoria do capital humano e mercadorização da educação: aproximações conceituais e uma apresentação introdutória sobre “público” nas

Declarações da CRES-2008 e CRES-2018. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 873-902, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/3591/885>. Acesso em: 5 set. 2023.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. O novo regime fiscal: a retórica da intransigência, o constrangimento da oferta de bens públicos e o comprometimento do PNE 2014-2024. **Tópicos Educacionais**, Recife, v. 22, n. 1, p. 235–259, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/6727/672770872011.pdf>. Acesso em: 5 set. 2023.

BALIEIRO, Luan Tarlau. **Educação e capitalismo de plataforma**: digitalização e conectividade rizomática no ensino – a virtualidade em tela. 2022. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de Educação**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BRANCO, Emerson Pereira et al. **A implantação da Base Nacional Comum Curricular no contexto das políticas neoliberais**. Curitiba: Appris, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 set. 2023.

CHAUI, Marilena. O retrato de uma catástrofe. **Jornalistas Livres**, 30 jan. 2017. Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=475162479274301&id=292074710916413. Acesso em: 5 set. 2023.

DALE, Roger. Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma agenda globalmente estruturada para a educação? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/bJbBCJS5DvngSvwz9hngDXK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 set. 2023.

FORNARI, Márcia; DEITOS, Roberto Antonio. O Banco Mundial e a Reforma do Ensino Médio no governo Temer: uma análise das orientações e do financiamento externo. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 19, n. 39, p. 188-210, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47181>. Acesso em: 5 set. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

O avanço neoliberal em uma cultura plataformizada: onde fica a subjetividade da educação?

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 77-108.

GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das minorias. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 228-252.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIROTO, Eduardo Donizeti. Pode a política pública mentir? A Base Nacional Comum Curricular e a disputa da qualidade educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/c3PrMtP6V5XVgnWv79btvjs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 set. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999 (v. 1 a 6).

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (v. 4).

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: histórias e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

IBM anuncia Open P-TECH, sua plataforma de educação digital gratuita. **IBM Comunica**, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://www.ibm.com/blogs/ibm-comunica/ibm-anuncia-open-p-tech-sua-plataforma-de-educacao-digital-gratuita/>. Acesso em: 11 set. 2023.

JOURDAIN, Anne; NAULIN, Sidonie. **A teoria de Pierre Bourdieu e seus usos sociológicos**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2017.

KRAWCZYK, Nora. Ensino Médio: empresários dão as cartas na escola pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 21-41, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/CBZXrVytNYJvJrdWhvjwP7L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 set. 2023.

LAPA, Carlos Mauricio Franklin. Fundação Bradesco: hegemonia e o “novo normal” da educação à distância. In: LAMOSA, Rodrigo (org.). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada**. Parnaíba: Editora Terra sem Amos, 2020. p. 85-96.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Tradução: Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. Karl Marx, corrupção e o foro privilegiado. **Revista Forum**, 7 maio 2018. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/colunistas/2018/5/7/karl-marx-corrupcao-foro-privilegiado-30980.html>. 2018. Acesso em: 10 set. 2023.

OPEN P-TECH. **Aprendizagem digital gratuita nas competências técnicas e profissionais do futuro**. 2023. Disponível em: <https://www.ptech.org/pt/open-p-%20tech/?ltclid=>. Acesso em: 3 set. 2023.

PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privado no contexto do neoconservadorismo no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/gPNy6mbMhQVmfzrqX8tRz4N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 set. 2023.

PERONI, Vera Maria Vidal; LIMA, Paula Valim de. Políticas conservadoras e gerencialismo. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15344/209209213400>. Acesso em: 5 set. 2023.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. **Nueva gramática del neo-liberalismo**: itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia; Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 2008.

RACHEWSKY, Roberto. Alimentação e educação não devem ser determinadas pelo governo. **Instituto Liberal**, 7 ago. 2019. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/economia/alimentacao-e-educacao-nao-deveriam-ser-determinadas-pelo-governo/>. Acesso em: 3 set. 2023.

RIKOWSKI, Glenn. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/810/pdf>. Acesso em: 5 set. 2023.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mXnvfHV57q5gHBRkDSLrGXr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 set. 2023.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge-UK: Polity, 2017.

Notas

ⁱ “Sua denominação, *Indústria 4.0*, estampa, segundo seus formuladores, uma nova fase da automação industrial, que se diferencia da Revolução Industrial do século XVIII, do salto dado pela indústria automotiva do século XX e também da reestruturação produtiva que se desenvolveu a partir da

década de 1970. A essas três fases anteriores sucederá uma nova, que consolidará, sempre segundo a propositura empresarial, a hegemonia informacional-digital no mundo produtivo, com os celulares, tablets, smartphones e assemelhados controlando, supervisionando e comandando essa nova etapa da ciberindústria do século XXI” (Antunes, 2020, p. 40, grifo do autor).

ⁱⁱ Compete explicar: a subjetividade da educação, neste artigo, remete-se à educação como um desenvolvimento essencialmente humano, e não como uma fonte de lucro. A prática neoliberal se arquiteta de estratégias que orientam, de maneira sistemática, a conduta e subjetividade dos indivíduos, fazendo-os estarem compromissados com os ditames do mercado, do empresariado, do neoliberalismo em sua faceta mais perversa.

ⁱⁱⁱ Compreende-se a Fundação Bradesco como um Aparelho Privado de Hegemonia Empresarial (APHE), isto é, constata-se a hegemonia do setor privado na promoção da educação. O APHE constitui uma expressão impetrada por Antonio Gramsci ao longo de seus “Cadernos do Cárcere” (Gramsci, 2007), reportando-se a uma relação entre o conceito de hegemonia e a noção de Estado integral.

^{iv} A respeito dessa era, cumpre destacar como o sociólogo Roger Dale (2004, p. 436), professor de educação da *University of Bristol*, no Reino Unido, com contribuições teóricas situadas no campo da Sociologia da Educação, define a globalização: “[...] um conjunto de dispositivos político-econômicos para a organização da economia global, conduzido pela necessidade de manter o sistema capitalista, mais do que qualquer outro conjunto de valores”.

^v Microcertificações estimadas por indústrias, organizações e empresas que comprovam o domínio de habilidades específicas.

^{vi} “[...] Srnicek (2017) entende a plataformização como uma realização completa do modelo capitalista. Mais especificamente, o autor examina que as plataformas equivalem a ações sistemáticas para tornar consecutivo o processo de produção-coleta-análise de dados à procura da hegemonia do mercado. [...]” (Balieiro, 2022, p. 36).

Sobre os autores

Luan Tarlau Balieiro

Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com Estágio Científico Avançado (Modalidade: Doutorado *Sandwich* no Exterior – SWE/CNPq) em Ciências da Educação, na especialidade de Sociologia da Educação e Política Educativa, no Instituto de Educação da Universidade do Minho (*Campus* de Gualtar/Braga/Portugal). Mestre em Educação pelo mesmo Programa e Universidade (PPE/UEM). Especialista em Docência na Educação Superior e em Libras pelo Centro Universitário Metropolitano de Maringá (UNIFAMMA). Licenciado em Letras pela UEM, com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas Correspondentes. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Básica e Superior (GEDUC) certificado pelo CNPq. E-mail: luan.tarlau@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4861-9158>.

Fernando Nabão Lopes Ferreira

Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em Ciências Jurídicas pelo Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR). Especialista em Ciências Penais pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UEM. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Básica e Superior (GEDUC) certificado pelo CNPq. E-mail: fernando.nabaum@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5937-0470>.

Mário Luiz Neves de Azevedo

Professor Titular da Universidade Estadual de Maringá (UEM) junto ao Departamento de Fundamentos da Educação (DFE) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE). Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), com estágio de pesquisa (bolsa-sanduíche/CAPES) no *Institut National de Recherche Pédagogique* (INRP-França). Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pós-doutorado na Universidade de Cambridge (Inglaterra). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Básica e Superior (GEDUC) certificado pelo CNPq. Pesquisador do CNPq. E-mail: mlnazevedo@uem.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0563-5817>.

Recebido em: 16/09/2023

Aceito para publicação em: 11/12/2023